

Igreja e pedofilia: Implicações no contexto social e linguístico brasileiro da publicação de nota da Santa Sé

ALEX LUIS DOS SANTOS

Universidade Federal de São João del-Rei



Sociedad y Discurso
Número 22: 85-103
Universidad de Aalborg
www.discurso.aau.dk
ISSN 1601-1686

Abstract: The evaluation by the Director of the Press Office of the Santa Sé about the new applicative and procedural rules to treat and judge in the canonical order the most serious offenses is the object of analysis in this work. Search is based on the Appraisal system, identification of the instances that point affective positioning, ethical and aesthetic, in order to discuss how these instances are able to construct the attitudinal and discursive positioning's producer. For this, the Critical Discourse Analysis is important, because it is a field that is concerned , among other things, with studying and analyzing written and spoken texts to reveal the discursive sources of power, This positioning indicates, among others issues, the importance of rules's review and, and manages the character of offenders, including pedophilia.

Keywords: Catholic Church, appraisal, pedophilia.

Resumo: A avaliação do Diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé sobre as novas regras aplicativas e processuais para tratar e julgar no âmbito do ordenamento canônico os delitos mais graves constitui o objeto de análise deste trabalho. Busca-se, com base no sistema de avaliatividade, a identificação das instâncias avaliativas que apontam o posicionamento afetivo, ético e estético, a fim de se discutir como essas instâncias são capazes de construir o posicionamento atitudinal e discursivo do produtor textual. Para isso, a Análise Crítica do Discurso é importante, já que se constitui como um campo preocupado com o estudo e análise de textos escritos e falados a fim de demonstrar, entre outras coisas, as fontes discursivas do poder. Esse posicionamento destaca, entre outras questões, a importância da revisão das normas, e logra o caráter dos infratores, inclusive os de pedofilia.

Palavras-chave: Igreja Católica, avaliatividade, pedofilia.

Introdução

Os recentes trabalhos que se prestam à investigação das práticas discursivo-religiosas, em especial no Brasil, chamam a atenção, sobremaneira, para a diversidade de perspectivas e arranjos teóricos, e para o quanto a tríade linguagem-discurso-religião ainda causa o interesse

de pesquisadores. Assim, perfilha-se, por exemplo, as contribuições de Gonçalves (2011), Moreira (2010) e Aquino (2009).

Uma grande parte desses estudos se preocupa em demonstrar o modo pelo qual estratégias de persuasão e identidades socioculturais são construídas em contextos que facilitam compreender mormente os discursos neopentecostais, cuja base ideológica e religiosa está, segundo Ferrari (2007: 89), na fruição dos bens materiais e nos prazeres de viver no mundo a espiritualidade.

A despeito de uma visibilidade que acarrete a promoção dos preceitos e práticas religiosos, o que hodiernamente acontece no contexto social religioso católico é a divulgação por diferentes canais de imprensa do envolvimento de clérigos em casos de abusos sexuais contra menores. Essas recentes divulgações desenvolveram um intenso debate sobre os procedimentos aplicados pela instituição para o julgamento dos envolvidos.

Nesse contexto, as sanções canônicas, consubstanciadas principalmente nas normas aplicativas e processuais conhecidas como *Normae de gravioribus delictis* foram questionadas quanto à eficácia dos éditos deliberados e a clareza para a definição de competência que ajuíze sobre os delitos admitidos.

A *Normae de gravioribus delictis* (ou Normas sobre os delitos mais graves) foi então, em 2010, atualizada para que se pudesse simplificar os procedimentos previstos e considerar as novas problemáticas, entre as quais se destacava a possibilidade de abusos sexuais cometidos por um clérigo contra crianças e adolescentes.

A importância da publicação das novas normas foi avaliada pelo Diretor da sala de Imprensa da Santa Sé, o padre Federico Lombardi, em nota que faz ainda no ano da atualização das leis. É essa nota, disponível em sete línguas, inclusive o português, que constitui o objeto assente de análise deste trabalho.

Com base nisso, ou seja, a disponibilidade do texto em diferentes contextos sociais e linguísticos, é preciso dizer que a interpretação sobre a nota em diferentes países que se orientam e comunicam pelos outros seis sistemas linguísticos utilizados pode facilmente não corresponder às conclusões a que se chega com este trabalho. A temática da pedofilia na Igreja católica apresenta nuances muito distintas nos diferentes países onde o tema foi polemizado e é tratado. Sendo assim, a nota do Pe. Lombardi está sujeita à leituras muito

diversas, dependendo inclusive da área de conhecimento segundo a qual se orienta o olhar científico.

Atualmente, a língua portuguesa é falada em quatro continentes, e é a língua oficial de oito países: Brasil, Portugal, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe. Com aproximadamente 280 milhões de falantes, o português é a quinta língua mais falada no mundo, a terceira mais falada no hemisfério ocidental e a mais falada no hemisfério sul.

Nas palavras de Eunice Durham (2004: 231) “a cultura constitui um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana”. Esse significado é construído discursivamente, entre outras maneiras, pelo modo como se articulam as opiniões e avaliações sobre os sentimentos, comportamentos, pessoas, objetos e processos, ou seja, pela expressão atitudinal (MARTIN; WHITE, 2005: 35).

Destarte, o que este trabalho objetiva, tendo em vista a relação discurso e sociedade, é uma investigação das implicações discursivas no contexto sociocultural em que *O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”* foi publicado, partindo de uma orientação linguística funcional – assim como propõe Fairclough (2001) - em que a *atitude*, enquanto um domínio interacional da *avaliatividade*, esta inserida.

A análise desse material é justificada do ponto de vista da avaliação na linguagem por dois importantes argumentos. O primeiro diz respeito à contribuição científica prestada às aplicações ainda incipientes do *sistema de avaliatividade* no América latina. Trata-se de uma proposta teórica que, com amplo escopo de aplicação, ainda carece de trabalhos que divulguem seu potencial em descrever relações entre os recursos linguísticos utilizados por agentes sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere (ALMEIDA, 2010: 13).

O segundo, contíguo ao primeiro, reside no fato de que a investigação está interessada nas funções sociodiscursivas dos recursos de *atitude*, não simplesmente como formas através das quais o produtor expressa seus sentimentos e postura, mas como meios que permitem que o mesmo adote posições de valor determinadas socialmente, e assim se filie, ou se distancie das comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão, o que parece uma abordagem profícua.

Dentro dos níveis metodológicos nos quais a trabalho pode se basear, sugeridos por Ikeda e Vian Júnior (2006: 37-43), o estudo se enquadra na análise léxico-gramatical, visto que são destacados os elementos linguístico-discursivos para realizar a *atitude*. Portanto, para o exame da expressão atitudinal adota-se a proposta de Eggins e Slade (1997: 138) que consiste em identificar as instâncias avaliativas, classifica-las e resumi-las, e, finalmente, interpretá-las com vista nas condições de produção sob as quais foram arquitetadas.

A disposição do trabalho para que se favoreça a compreensão e harmonia entre as seções que o integram está organizado pela ordem seguinte: exposição do arcabouço teórico, em que se focaliza o significado atitudinal dentro de uma abordagem de análise crítica do discurso, a discussão dos dados, consoante à metodologia supracitada, as considerações finais e as referências bibliográficas.

Compreendendo o domínio da *atitude*: o eixo das opiniões positivas e negativas

O *sistema de avaliatividade (appraisal system)* considera um potencial de significados avaliativos disponíveis no sistema linguístico e que envolvem, por conseguinte, questões relacionadas à filogênese e à ontogênese para que o nível logogenético se desenvolva em termos de funcionamento linguístico (VIAN JUNIOR, 2007: 103).

Em termos mais acessíveis, isso significa, consoante Martin e White (2005), que uma cultura, referindo-se ao ambiente político-social que dá o propósito e o significado ao texto¹, em estado de evolução (filogênese) prevê um contexto social para o desenvolvimento linguístico do indivíduo (ontogênese). Ao ponto que o indivíduo que se encontra no seu desenvolvimento prevê recursos para a instanciação² de desdobramentos de textos (logogênese). As mudanças na língua são vistas, nessa perspectiva, como expansões de um significado potencial, uma característica-chave dos sistemas semióticos e, portanto, dos mecanismos avaliativos que se adaptam aos novos ambientes e ao material discursivo.

¹ Essa perspectiva sobre cultura está ancorada, inicialmente, nos trabalhos desenvolvidos pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1923). No entanto, para servir aos estudos linguísticos, especificamente ao arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional- Halliday (1994) especialmente - a compreensão de Malinowski foi complementada e adaptada por Firth (1957).

² A noção de instanciação é de extrema importância para que se compreenda a relação entre avaliatividade (no nível do sistema) e avaliação (no nível do texto), isto é: o sistema linguístico é instanciado em forma de texto. Independentemente do tipo de texto que se produza, do mais corriqueiro bom-dia a uma tese científica, ou dos valores inerentes a tais textos, qualquer um deles será uma instanciação de um sistema mais amplo.

No *sistema de avaliatividade*, esses mecanismos avaliativos obedecem a três domínios interacionais: a *atitude*, o *engajamento* e a *gradação*. Em linhas gerais, a noção de *atitude* compreende a forma como os textos ativam pontos de vista positivos e negativos. A maneira como o produtor de um texto oral ou escrito se posiciona em relação ao seu leitor ou a seu interlocutor e a forma como julga o mundo concebido no texto que produz evidencia, em termos léxico-gramaticais, os tipos de atitudes que agem na interação verbal.

O domínio da *atitude* ocupa um lugar central no processo avaliativo, já que revela os tipos e níveis em que a *avaliatividade* é desenvolvida e expressa no discurso. Conforme Martin e Rose (2003: 22), a *atitude* tem a ver com a avaliação das coisas, com o caráter das pessoas e com seus sentimentos. Isso significa que esse domínio abrange três regiões semânticas: a emoção, a ética e a estética.

Cada região semântica envolve sentimentos³ e corresponde respectivamente às denominações *afeto*, *juízo* e *apreciação*. Todavia, o *juízo* e a *apreciação* são, conforme avisam Martin e White (2005), disposições desses mesmos sentimentos que são institucionalizados para que os falantes ou escritores, enquanto sujeitos historicamente situados, possam entrar nas comunidades uns dos outros. Subsume-se, conseqüentemente, que, ao avaliar o comportamento das pessoas ou os objetos e entidades concretos com as quais se depara, o sujeito ativa necessariamente uma série de valores culturais e específicos de comunidades sociais que com eles se identificam. Essa relação entre as regiões semânticas está representada na forma diagramática abaixo que apresenta a centralidade do *afeto* no domínio atitudinal.

³ Cabe nesse ponto esclarecer o que se entende por essa entrada. O uso que Martin e White (2005) faz desse termo é propínqua à concepção de Damasio (1994), quando este elabora a distinção entre ‘emoção’ e ‘sentimento’. Damasio define a emoção como mudanças no estado sensorial, o que significa alteração no comportamento, em resposta às situações positivas e negativas. A percepção desse comportamento que se manifesta é, logo, tratado como um sentimento.

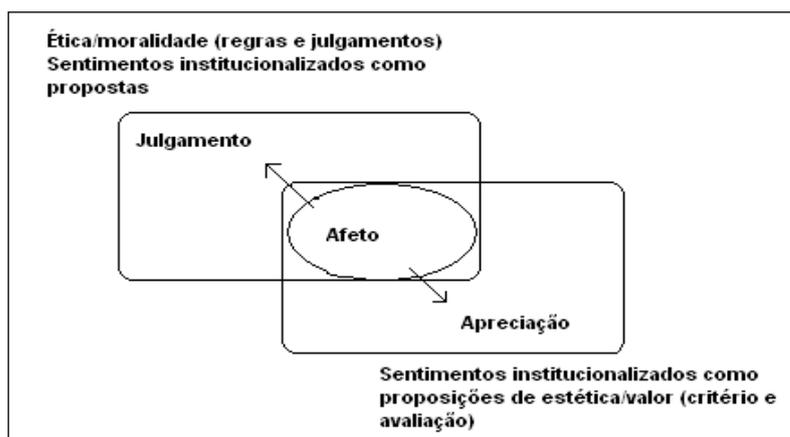


Figura 1: Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado [adaptado de Martin e White (2005: 45) ⁴]

Enquanto um recurso semântico utilizado para realizar as emoções, o *afeto* diz respeito às avaliações pautadas nos sentimentos dos sujeitos indicando como se comportam emocionalmente em relação às pessoas, às coisas, aos objetos e aos acontecimentos (MARTIN, 2003: 148). Trata-se do registro desses sentimentos que podem ser positivos ou negativos: sente-se feliz ou triste; confiante ou ansioso, interessado ou entediado. As características do *afeto* indicam que as pessoas possuem bons e maus sentimentos que são manifestados de forma explícita ou implícita⁵.

A variação da tipologia de afeto agrupa as emoções em três tipos de conjuntos: *(in)felicidade*, *(in)segurança* e *(in)satisfação*. O conjunto da *In/felicidade* diz respeito aos sentimentos relacionados ao coração, tais como tristeza, ódio, raiva e amor. Assim, em “Não me sinto bem com sua partida” aduz linguisticamente a ocorrência desse tipo de atitude caracterizado, no específico exemplo, por sentimento mapeado do estado de infelicidade.

O conjunto da *In/segurança*, por sua vez, cobre os sentimentos relacionados ao bem-estar social: ansiedade, temor, confiança. Segundo Martin e White (2005), nas comunidades cuja

⁴ Ao propor, dentro da forma diagramática, o *juízo* como sentimentos institucionalizados como propostas e a *apreciação* como sentimentos institucionalizados como proposições, os autores tomam a ideia de “proposta” enquanto normas que indicam o modo pelos quais as pessoas devem ou não se comportar e “proposições” enquanto pontos de vistas que devem ser tomados como aceitáveis, melhores sobre aquilo que se avalia.

⁵ Quando as avaliações são realizadas diretamente no texto, ou seja, quando é codificado um valor positivo ou negativo que pode ser intensificado para mais ou para menos, são consideradas explícitas. Já quando as avaliações são consideradas indiretas, implicadas ou sugerem uma interpretação do ouvinte/leitor, elas são implícitas.

configuração simbólica possui a figura materna como insígnia de abrigo e amparo, a essa figura estariam associados os sentimentos desse conjunto.

Por fim, a *In/satisfação* abrange os sentimentos pautados na consecução ou não dos objetivos pessoais: tédio, desprazer/desagrado, atenção, alegria. Esses sentimentos associam às atividades cotidianas em que se está engajado, inclusive, na condição de espectadores de alguma ação.

Já em relação ao *juízo*, pode-se dizer que esse recurso constrói linguisticamente as avaliações do comportamento das pessoas. Ele traduz a maneira pela qual as pessoas realizam suas opiniões sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade sempre determinados pela cultura na qual vivem e pelas experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais.

Para a identificação dos subtipos de juízo, que são seis, Martin (2003: 156) sugere algumas perguntas para facilitar a categorização desse recurso semântico:

- *Normalidade*: o comportamento do indivíduo é pouco usual, especial, comum?
- *Capacidade*: o indivíduo é capaz, competente?
- *Tenacidade*: o indivíduo é dependente, esforçado?
- *Veracidade*: o indivíduo é verdadeiro, honesto, franco?
- *Propriedade*: o indivíduo é ético?

O terceiro e último recurso semântico da *atitude* é a *apreciação*. Por meio dela são construídas as avaliações sobre coisas, objetos e fenômenos. Esse recurso é considerado por Eggins e Slade (1997: 125) um importante expediente atitudinal disponível, uma vez que se refere ao modo pelo qual os sujeitos avaliam o texto (oral ou escrito) ou o processo (algum evento).

O texto, no qual de modo geral a avaliabilidade acontece, para que seja significativa do ponto de vista científico-social, tem que se conectar com questões teóricas sobre o discurso, e ser visto como parte de um evento social (FAIRCLOUGH, 2003, p.3). Isso subsume o ato

avaliativo na fala e na escrita enquanto modo pelo qual as pessoas agem e interagem em áreas particulares da vida social.

Essa concepção de texto está acoplada a uma tradição de Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, para a qual o discurso consiste no uso da linguagem como prática social. Pode-se dizer, conforme Magalhães (2005), que a ACD confere continuidade aos estudos convencionalmente referidos como Linguística Crítica, desenvolvidos na década de 1970, ampliando em escopo e em produtividade os estudos a que se filia.

Compreender o discurso como uso da linguagem como forma de prática social significa considerá-lo um modo de ação historicamente situado que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Significa ainda, entendê-lo como uma maneira de agir, “uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Identificação, resumo e interpretação dos recursos atitudinais: um exame linguístico-discursivo

A investigação discursiva sobre as funções sociais da *atitude* em nota sobre as alterações da *Normae de gravioribus delictis* é realizada tendo em vista as formas linguísticas – materialidade discursiva - com as quais o padre Federico Lombardi- sujeito produtor- expressa seus sentimentos e, conseqüentemente, sua opinião. A tais formas, ou também chamadas instâncias avaliativas, são relacionados valores, atribuídos diferentemente por comunidades associadas ou não ao contexto de relações à Igreja, que permitem que o sujeito produtor se afilie, ou se afaste desses grupos.

A percepção ou o controle dessa filiação ou distanciamento nem sempre ocorre de modo consciente. Todavia, as escolhas linguísticas que assumem discursivamente o exercício de avaliar, ainda mais nos termos da *atitude*, arquitetam um ponto de vista que pode satisfazer ou desagradar, convencer ou dissuadir.

Segundo Fairclough (1989: 85), se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum, na língua instanciado, sustenta desigualdades de poder em

detrimento de si próprio, “aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente”.

Assim, a identificação e resumo dos mecanismos avaliativos recorridos para operacionalizar a opinião do sujeito produtor são capazes de mostrar, conforme o cômputo de ocorrência em porcentagem desses mecanismos presente no quadro 2, o predomínio do recurso semântico *apreciação* para a atitude.

TIPO DE ATITUDE	EXEMPLO	CÔMPUTO DE OCORRÊNCIAS
<i>Afeto</i>	“(…) a Igreja ponha em prática permanente e em consciência contínua os frutos dos ensinamentos e das reflexões amadurecidos no decorrer da <u>dolorosa</u> vicissitude da ‘crise’ (…)	4,64%
<i>Julgamento</i>	“(…) mas também aos <u>abusos</u> sexuais cometidos por um clérigo com um menor de idade (…)”	2,32%
<i>Apreciação</i>	“ É preciso ter em consideração que as Normas agora publicadas são parte do ordenamento penal canônico, em si <u>completo</u> e <u>totalmente distinto</u> (…)”	92%

Tabela 1: Cômputo dos tipos de atitude

A *apreciação* responde por 92% das ocorrências das instâncias atitudinais. Isso significa que o sujeito produtor, ao avaliar, confere significados, sobretudo estéticos, a objetos, coisas e fenômenos, de maneira a atribuir-lhes características como que inerentes. A conduta de pessoas (2,32%), assim como a expressão emocional do sujeito produtor (4,64%) não motivam a produção da nota que visa esclarecer as alterações contidas nas novas normas sobre os delitos mais graves cometidos pelos clérigos da Igreja Católica.

Esse valor estético não é, para Jan Mukarovsky, um estado supra-social ou trans-histórico, mas um processo decorrente da lógica da evolução social e do sistema de dominações (MUKAROVSKÝ, 1977, p.83). Nesse sentido, pode-se inferir que o sujeito

produtor manifesta seus pareceres tendo em vista a mobilidade e a condição dos arquétipos estéticos socialmente estabelecidos em seu tempo. Ele centra-se nos valores humanos e científicos fundamentais, como o bom, o verdadeiro e o oportuno para enunciar os juízos institucionalizados pela Igreja.

Dessa observação, importa o reconhecimento das qualidades próprias, postas como inerentes, que recontextualizam as normas para que estas possam contentar os que sobre ela discutem e, conseqüentemente estimar as modificações que dela fazem parte. Gramaticalmente, as instâncias avaliativas que realizam a apreciação tendem a se enquadrar, segundo Martin (2003: 160) em estruturas com um processo mental de cognição, a exemplo de: achar, saber, entender e acreditar.

Todavia, as formas que se apresentam para a realização da apreciação na nota, quando se caracterizam por algum processo, apontam, em sua maioria, para os do tipo material com sinalização deôntica, ou seja, obrigatoriedade ou necessidade, a exemplo de (A), ou para os do tipo relacional atributiva, em que se demonstra a relação entre dois participantes separados, a exemplo de (B).

(A) “Entre as novidades introduzidas em relação às Normas precedentes devem-se ressaltar sobretudo as que se destinam a tornar mais rápidos os procedimentos (...)”

(B) “(...) o Motu Proprio *Sacramentum sanctitatis tutela* que atribuía à Congregação para a Doutrina da Fé a competência para julgar no âmbito do ordenamento canônico uma série de delitos particularmente graves, cuja competência era precendentemente atribuída também a outros Organismos ou não era totalmente clara.

Em (A), o produtor utiliza a locução verbal, ou processo material “devem-se ressaltar” indicando pelo primeiro elemento desse grupo- devem- a inclinação para o aspecto de obrigatoriedade da ação prosequinte. Essa ação- ressaltar- exemplifica a natureza dos processos materiais, uma vez que estes se enquadram no campo do fazer, do agir. Assim, ao dar relevo, importância às novidades introduzidas nas novas normas, por meio de “ressaltar”, o produtor identifica seu papel de orientador, capaz de determinar por especialidade ou legitimidade no discurso articuladas, o valor que se deve tomar cada alteração feita nas Normas.

Entretanto, Luneau e Michel (1995) afirmam que cada vez mais pessoas recusam o discurso da Igreja Católica como fonte de orientação e verdade inexorável. Para os autores, o número de pessoas que acreditam que uma sociedade plenamente humana, com valores éticos deve necessariamente ser regido por uma convicção religiosa, na qual o sacerdote assume o papel de orientador, vem diminuindo cada vez mais.

Thompson (1996: 78) acredita que ao descrever as formas e implicações de um processo é profícua uma análise que vai mais além que simplesmente a identificação do tipo, pois através da escolha dos processos, é possível identificar o papel dos articuladores do discurso.

Em (B) há o uso do processo relacional “era”. Este tipo é caracterizado como processos do ser, da indicação de estado ou natureza de algum participante. Desse modo, o sujeito produtor avalia a atribuição ou identificação, previsto na norma anterior, das competências e propriedades a que se devem ter para o julgamento dos delitos por meio de um atributivo. O processo relacional é atributivo quando é dado ao participante – um grupo nominal que se vincula ao processo- uma qualidade ou uma classificação, ou seja, um atributo. O atributo é identificado como “clara”, porém sinalizando abstruso, uma vez que é negado pela forma “não”, anteposto. O que se realiza, portanto, é uma comparação entre as duas versões das Normas, com a superioridade da atual- de que faz nota o sujeito produtor, em relação à antecedente.

Na condição de qualificador ou classificador, esses recursos atitudinais atendem o propósito de expressarem a *apreciação* do produtor. O mapeamento dessa *apreciação*, conforme se cumpre na figura 2, é capaz de descrever mais eficazmente a postura atitudinal que é construída no discurso. Esse mapeamento aduz os tipos de *apreciação*, com a indicação em porcentual de suas ocorrências, os subtipos de *apreciação*, cujo cômputo de realização se faz em relação à porcentagem identificada para o tipo, e os alvos dessas avaliações, ou seja, àqueles ou àquilo a quem se refere a atitude avaliativa do sujeito produtor do discurso.

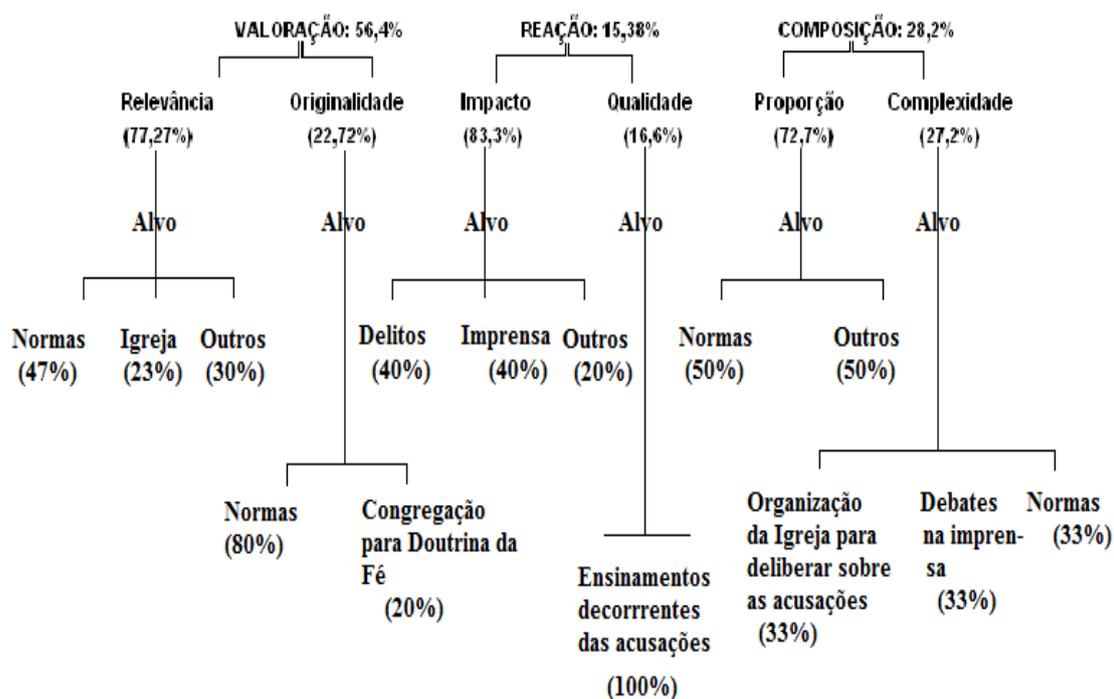


Figura 2: Resumo das instâncias avaliativas para a apreciação

A *avaliação* é o tipo de *apreciação* mais regular para as instâncias reconhecidas (56,4%). As instâncias avaliativas de *avaliação* representam o que um determinado grupo ou pessoa considera ou percebe como um valor social. Esse tipo é relatado por Martin e White (2005: 57) como “opiniões consideradas” em relação ao tipo de processo mental identificado como cognição (entender, refletir) e à metafunção ideacional da linguagem. Para Halliday (1994: 106) a metafunção ideacional ou experiencial trata do uso da língua como representação, servindo para manifestações sobre o mundo, destacando como ele é percebido, sentido, experienciado e representado. Fairclough (2001: 92) argumenta que essa metafunção se desenvolve em torno dos “modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações”.

Os subtipos que compõem a *avaliação* são a *relevância*- que possui 77,27% das instâncias para a *avaliação*- e a *originalidade*- 22,72%. As perguntas “levanta questões importantes?” e “vale a pena?” podem ser feitas (hipoteticamente) para verificar se as instâncias avaliativas presentes fazem parte do subtipo *relevância*. Já para a *originalidade* o questionamento feito é “traz contribuições novas?”.

Assim, por meio de epítetos⁶ como “significativas”, “grande contribuição” e “eficaz”, as normas, da versão sobre a qual escreve o produtor, são apresentadas, em 47% das instâncias avaliativas de *relevância*, como que éditos que levantam questões importantes. Isso implica, conseqüentemente, a estimação da nota que é produzida, um modo de advogar a necessidade do texto enquanto um produto para esclarecimento, e de propor o produtor – o padre Federico Lombardi- como quem satisfaz, em nome da instituição que representa, a precisão da nota que perpetra.

O esclarecimento das normas se constrói, consoante a leitura da figura 2, com base em avaliações de *relevância*, assim como de *originalidade*, em que 80% das instâncias avaliativas a têm como objeto avaliado. Estas instâncias respondem positivamente às alterações feitas na *Normae de gravioribus delictis* uma vez que são utilizados epítetos como “diferentes” e “atualizado” para ressaltar a autenticidade da publicação que avalia o produtor.

O segundo tipo mais recorrente para as instâncias de *apreciação* é a *composição*. A ela está relacionada a percepção de ordem e harmonia do que se avalia. Destarte, são concentrados sentimentos que dizem respeito à organização, à elaboração e à forma pela qual foram construídas as modificações nas normas. Com 77,7% das ocorrências de *composição*, a *proporção* é o subtipo mais notado, à frente da *complexidade*, cujo alvo das instâncias está dividido igualmente entre a organização da igreja para deliberar sobre as acusações (33%), os debates feitos pela imprensa (33%) e a disposição das normas (33%).

As instâncias avaliativas de *proporção*, ou seja, aquelas que se subsume o equilíbrio do objeto avaliado, quando caracterizam as normas, são realizadas por meio dos epítetos “modo orgânico”, “contínuo” “orgânica” e “coerente”. Já a caracterização da organização da igreja para deliberar sobre as acusações, no subtipo *complexidade*, é perpetrada pela negação da forma atributiva “totalmente clara”. Ainda nesse subtipo, os debates feitos pela imprensa é avaliado negativamente com o epíteto “intenso”, e a disposição das normas é visto positivamente pelo produtor como “mais ordenada”.

A negação da forma atributiva “totalmente clara” para definir a competência que trata e julga, no âmbito do ordenamento canônico, delitos supostamente cometidos por clérigos da

⁶ Os epítetos acrescentam qualidades e podem ser do tipo experiencial ou atitudinal. Em alguns casos, uma mesma palavra pode funcionar tanto como epíteto quanto um classificador (ou atributo), porém o classificador, segundo Halliday (1994: 319), não aceita graus de comparação ou intensidade.

Igreja Católica reconhece o processo intrincado que penaliza aqueles que infringem os previstos éditos eclesiais. Para Prandi (2008: 164), uma série de atitudes e posturas, a que se poderia incluir a organização e destreza da igreja para deliberar sobre as acusações de abusos sexuais, tem motivado a crítica e o distanciamento de diversos segmentos sociais, a exemplo de veículos de comunicação, avaliados negativamente pelo produtor.

O autor ainda acredita que “com isso, [a igreja] perde o pé da realidade, mostra-se desatualizada, intransigente, incapaz de acompanhar os tempos atuais e de servir, assim, como intérprete e farol” (PRANDI, 2008: 163). Isso se dá, segundo Souza (2004), porquanto o Vaticano, ainda nos dias atuais, tem certa dificuldade em tratar os novos problemas da subjetividade e da sexualidade humanas, o que justifica a avaliação negativa do sujeito produtor para a indefinição de competência que ajuize sobre essas questões. Na compreensão de Souza (2004: 89), as acusações de libido contra menores tornam visíveis somente uma parte das pautas mal resolvidas:

A Igreja, até hoje, tem uma certa dificuldade para debater, com liberdade e ousadia, os novos problemas da subjetividade e da sexualidade, ainda que desde bem atrás muitos teólogos, especialmente no mundo anglo-saxão, viessem pedindo para levar a sério a ideia do “desenvolvimento da doutrina”, na linha indicada um século antes pelo Cardeal Newman. Muita coisa ficou reprimida, oculta e empurrada para a semiclandestinidadade dos comportamentos individuais. Os escândalos atuais na Igreja apenas tornam visíveis a ponta de um *iceberg* de questões mal digeridas e de difícil discernimento, num clima de medos e de suspeições.

A divulgação pela imprensa das questões a que se refere Souza concentra-se, conforme este mesmo autor, no envolvimento possível de clérigos em casos de pedofilia. O sujeito produtor, ao demonstrar como essa exposição capta sua atenção- a *reação* que representa 15,38% da *avaliação* tem essa finalidade- enfatiza a força das instâncias avaliativas que definem o impacto (40% da *reação*), por meio do intensificador “muito” na avaliação oracional destacada em (C) e do epíteto “ampla” cujo grau relativo para tamanho pode ser considerado alto numa cline de gradação avaliativa.

(C) A ampla ressonância pública dada nos anos recentes a este último tipo de delitos [pedofilia] chamou muito a atenção e desenvolveu um intenso debate sobre as normas e procedimentos aplicados pela Igreja para o julgamento e a punição dos mesmos [clérigos envolvidos].

A gradabilidade das instâncias atitudinais, conforme descrita por Martin e White (2005: 136), mostra que ao se fazer uma avaliação o sujeito define o quanto quer amplificá-la, isto é, se pretende aumentar ou diminuir o grau de sua atitude. Assim, ao fazê-lo, o sujeito produtor considera, pelas escolhas das instâncias avaliativas que assume, a propalação dos fatos que apontavam o envolvimento de clérigos católicos na prática de pedofilia como extensa, vasta, todavia carente de elucidação, uma vez que é admitido o processo intricado que avalia os delitos cometidos.

Essa carência é sustentada, consoante o excerto (D), pela necessidade de esclarecimento e orientação, sobretudo dos jornalistas – aqueles responsáveis pela ampla ressonância pública, a que se refere a instância avaliativa “chamou muito a atenção”.

(D) Por conseguinte, é justo que haja plena clareza sobre a normativa hoje em vigor neste campo e que a mesma normativa se apresente de modo orgânico, para facilitar a orientação de quem quer que se deva ocupar destas matérias. Uma primeira contribuição de esclarecimento – sobretudo para uso dos jornalistas – (...).

A contribuição de esclarecimento mencionada pelo produtor subsume a facilitação de um conhecimento que se pode ser tomado como mal compreendido, ou ainda, mal ponderado e divulgado.

Considerações finais

As maneiras pelas quais os discursos, numa perspectiva textualmente orientada, constroem os sujeitos e as posições dos sujeitos em face de uma estrutura complexa de pensamentos, sentimentos, avaliações explícitas ou implícitas podem ser resgatadas com base numa análise das instâncias atitudinais inscritas em textos diversos.

Como Fairclough (2001) aponta, a linguística sistêmica, de que faz parte a avaliatividade e, por conseguinte as instâncias atitudinais, possibilita a apreciação não simplesmente do material textual, das escolhas efetivamente materializadas, mas também das implicações sociais, do que se projeta, do que não está tão aparente.

Com evidência, o primeiro aspecto que se depreende da análise das instâncias atitudinais em *O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”* é a

identificação do papel do produtor enquanto aquele que esclarece, orienta e avalia, por critérios estéticos, as novas normas introduzidas no texto que rege sobre a conduta dos clérigos católicos.

As instanciacões que qualificam o comportamento daqueles que infringiram, ou possam a vir a fazê-lo, as regras previstas entre as novas normas é quantitativamente desconsiderável, uma vez que as avaliações desse tipo- os *juízos*- representam a maneira menos recorrente para a expressão atitudinal (2,32%). O foco, portanto, recai sobre os benefícios ainda a causar o acréscimo que se fez à *Norma de gravioribus delictis*. Logra-se, nesse sentido, o caráter dos infratores, de entre outros delitos, os de pedofilia, para sobressair, e nisso estimar, o que se tem feito para anteparar novas infrações.

Essa postura é instanciada por meio de *apreciações* do tipo *avaliação*. As instâncias avaliativas de *avaliação* assinalam o que um determinado grupo ou pessoa considera ou percebe como um valor social, o que significa opiniões sobre as novas normas, destacando como elas são percebidas, sentidas, experienciadas e representadas.

Por meio desse tipo, o produtor advoga a necessidade do texto enquanto um produto para esclarecimento, inclusive para a imprensa, e se propõe como aquele que satisfaz, em nome da instituição que representa, a precisão da nota que perpetra. Esse esclarecimento ressalta a autenticidade da publicação através de epítetos de *relevância* e *originalidade*.

O produtor ainda reconhece o processo intrincado que penaliza aqueles que infringem os previstos éditos eclesíásticos com instanciacões de *avaliação composição*. Segundo Prandi (2008), esse reconhecimento somente reverbera uma postura desatualizada e intransigente das ações e posições tomadas nos últimos anos, o que é visto por Souza (2004) como uma dificuldade em tratar os novos problemas da subjetividade e da sexualidade humanas.

Por meio de instanciacões do tipo *avaliação reação*, o produtor assume, a propalação da imprensa sobre os fatos que apontavam o envolvimento de clérigos católicos na prática de pedofilia como extensa, vasta, todavia carente de elucidação, uma vez que o processo intrincado que avalia os delitos cometidos necessita de explicação.

Enfim, as instâncias atitudinais identificadas, resumidas e interpretadas sinalizam positivamente a importância da revisão e da forma como encontra-se diposta as novas normas sobre os delitos mais graves; logra o caráter dos infratores, inclusive os de pedofilia;

reconhece as dificuldades antes percebidas para o julgamento dos acusados, e desconhece a completude e legitimidade das discussões e conclusões realizadas pela imprensa sobre o envolvimento de clérigos em libidos contra menores.

Referências bibliográficas:

- AQUINO, E. (2009). *Que Reino é esse? – estratégias de interdiscursividade em Edir Macedo*. Rio de Janeiro: UERJ Disponível em: <<http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22religious%20discourse%22>> Acesso em: 26 Abril 2012.
- ALMEIDA, F. (2010). *A avaliação na linguagem - os elementos de atitude no discurso do professor*. São Carlos: Pedro & João editores.
- A SANTA SÉ. Abuso de menores – a resposta da Igreja: O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”. Disponível em: <http://www.vatican.va/resources/index_po.htm>. Acesso em: 14/11/2011.
- CARVALHO, G. (2006). Críticas de livros: um breve estudo da linguagem da avaliação. In: *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão: Unisul, 179-198.
- DAMASIO, A. (1994). *Descartes' error: emotion, reason and the human brain*. New York: Avon.
- DURHAM, E. (2004). *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.
- EGGINS, S; SLADE, D. (1997). *Analysing casual conversation*. London: Cassel.
- FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and power*. New York: Longman.
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB.
- FAIRCLOUGH, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FERRARI, O. (2007). *Bispo S/A – a Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder*. São Paulo: Editora Ave-Maria.

- FIRTH, J. R. (1957). *Papers in Linguistics 1934-1951*. London: Oxford University Press.
- GONÇALVES, R. (2011). *Uma análise comparativa do logos e do pathos no discurso religioso: a missa católica e o culto assembleiano*. Viçosa: UFV. Disponível em: <<http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22Homily%22>> Acesso em: 23 Abril de 2012.
- HALLIDAY, M. (1994). *An introduction to functional grammar*. Second Edition. London: Melbourne Auckland.
- IKEDA, S; VIAN Jr. (2006). O. A análise do discurso pela perspectiva sistêmico-funcional. In: LEFFA, V. *Pesquisa em linguística aplicada- Temas e métodos*. Pelotas: Educat, 31-48.
- LUNEAU, R; MICHEL, P. (1995). *Nem todos os caminhos levam a Roma*. São Paulo: Vozes.
- MAGALHÃES, I. (2005). Introdução: A análise de Discurso Crítica. In: *D.E.L.T.A.* São Paulo: Educ, 1-11.
- MALINOWSKI, B. (1923). The problem of meaning in primitive languages. In: CK Ogden & LA Richards (eds.) *The meaning of meaning*. London, 451-510.
- MARTIN, J. (2003). Beyond Exchange: Appraisal Systems in English. In: HUSTON,S; THOMPSON,G. *Evaluation in text: Authorial stance and the construction of discourse*. New York: Oxford University Press, 142-175.
- MARTIN, J; ROSE, D. (2003). *Working with discourse: meaning beyond the clause*. New York: Continuum.
- MARTIN, J; WHITE, P. (2005). *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave Macmillan.
- MOREIRA, A. (2010). *Estratégias discursivas de persuasão no discurso religioso da Igreja Universal do Reino de Deus: uma análise sistêmico-funcional*. Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em <<http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22religious%20discourse%22>> Acesso em: 10 Janeiro 2012.
- MUKAROSVSKY, J. (1977). *Escritos de Estética y Semiótica del Arte*, Barcelona:, Gilli.

PRANDI, R. (2008). Converter indivíduos, mudar culturas. In: *Tempo Social*. São Paulo: FFLCH/USP, 155-172.

SOUZA, L. (2008). As várias faces da Igreja Católica. In: *Estudos avançados*, São Paulo: USP, 77-95.

THOMPSON, G. (1996). *Introducing functional grammar*. London: Arnold.

VIAN JUNIOR, O. (2007). O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em língua portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. In: *Revista Delta*. São Paulo: PUC, 99-129.

Nota do autor

Este trabalho contribui, dentro do contexto acadêmico brasileiro, para a discussão, cada dia maior, que se tem feito sobre a relação religião e sociedade no Brasil. Do ponto de vista linguístico-discursivo, segundo o qual tenho atuado, essa discussão parece muito frutífera e relevante. A perspectiva teórica que já há alguns anos adoto, a saber, a Linguística Sistêmico-Funcional aborda a linguagem como um sistema aberto, de maneira a atentar para uma visão dialética que percebe os textos não só como estruturados no sistema linguístico, mas também potencialmente inovadores desse sistema, quer dizer, toda instância linguístico-discursiva abre o sistema para novos estímulos de seu meio social. Atualmente sou mestrando na Universidade Federal de São João del-Rei, atuando dentro da linha Discurso e Representação Social. O e-mail para contato: alxlouis@hotmail.com.